

CRISE NO CONGRESSO

69 Disposição é de manter versões e não renunciar

Apesar de a acusação ser grave, ACM e Arruda apostam que conseguirão salvar seus mandatos

BRASÍLIA – Os senadores José Roberto Arruda (sem partido-DF) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) enfrentam hoje uma acareação com a ex-diretora do Prodasen Regina Borges dispostos a manter suas versões e a estratégia de não renunciar aos mandatos neste momento. Apesar de serem alvo de uma grave acusação – a violação do sistema eletrônico de votação do Senado –, eles ainda acreditam que conseguirão reverter a tendência de cassação de seus mandatos no Senado por quebra de decoro parlamentar com os depoimentos marcados para hoje no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Por isso, a renúncia, que seria uma saída para evitar o processo de cassação e a conseqüente perda dos direitos políticos por oito anos, não seria necessária.

A interlocutores, Arruda confidenciou que não considera a possibilidade de renunciar agora, já que ainda há muito caminho pela frente. Além disso, na avaliação de alguns senadores, se o ex-tucano deixar o Senado antes do início do processo, ele estaria assumindo toda culpa no episódio da violação, deixando ACM numa situação mais confortável.

“Eu até pensei que Arruda pudesse renunciar, mas vejo que esta possibilidade, pelo menos hoje ou amanhã, não existe”, disse o líder do bloco de oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE). “Quanto a ACM, eu nunca trabalhei com essa hipótese, porque não faz parte de

**EX-TUCANO
VAI INSISTIR
NA TESE DA
“CONSULTA”**

seu DNA”, completou. Para evitar a perda dos direitos políticos, os dois parlamentares teriam de abrir mão de seus mandatos antes da formalização do processo de cassação, ou seja, antes da apresentação, por partidos políticos, de uma representação por quebra de decoro.

O ex-líder do governo no Senado passou o dia de ontem em reunião com seus advogados Carlos Caputo e Cláudio

Fruet na casa de um amigo no Lago Sul preparando-se para a acareação. Arruda vai insistir na tese de que apenas fez uma consulta a Regina, na época do processo por quebra de decoro parlamentar contra o então senador Luiz Estevão para saber sobre a possibilidade de conseguir a relação de votos dos senadores durante a sessão que cassaria o mandato do senador. Ele tem reafirmado que jamais ordenou a ex-diretora do Prodasen a violar o sistema de votação a pedido de ACM, que era presidente do Senado. (Gilse Guedes e Gerson Camarotti)

RUMO À CASSAÇÃO

PRÓXIMOS PASSOS

Os caminhos da investigação no Conselho de Ética

- A próxima etapa é a entrega do parecer do relator Saturnino Braga. Ele não tem prazo para entregar o documento, mas pretende divulgá-lo no dia 10. Sua decisão será levada ao conselho para votação
- Em caso de abertura de processo de cassação, não há prazo fixo para a conclusão. Mas a idéia é fechar a fase inicial, no conselho, em 30 dias
- Se aprovado, o relatório segue para a Mesa Diretora do Senado ou para a Comissão de Constituição e Justiça. Técnicos do Senado afirmam que a decisão deve ser encaminhada à Mesa e, depois, novamente ao Conselho de Ética. Já integrantes do conselho defendem o envio do processo à CCJ e, em seguida, ao plenário
- Caso o processo retorne ao Conselho de Ética, será aberta a fase de defesa dos acusados. O prazo para os integrantes do conselho tomarem novos depoimentos é de dez sessões
- Depois da defesa dos acusados, será elaborado outro relatório e, em seguida, o documento passa por nova votação. Se o relator decidir pela cassação, o processo segue para a CCJ, na qual será submetido a análise e votação
- Se a recomendação for novamente aprovada, o pedido de cassação vai ao plenário, em votação secreta

